

PREGÃO ELETRÔNICO
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2015
(Processo Administrativo nº01550.000230/2015-08)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA ó FCRB, pessoa jurídica de direito público vinculada ao Ministério da Cultura - MinC, por meio do Setor de Licitações, Contratos e Convênios, sediada na Rua São Clemente, nº 134, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.260-000, realizará licitação, **destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço POR ITEM/LOTE/GRUPO, para aquisição de materiais de consumo especiais**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão:**09/11/2015 (SEGUNDA-FEIRA)**

Horário:**10:00h**

Local: Portal de Compras do Governo Federal ó **www.comprasgovernamentais.gov.br**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de consumo especiais para os setores do Centro de Memória e Informação da FCRB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por dois ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:34201/344001

Fonte: 0100

Programa de Trabalho:091969

Elemento de Despesa:33.90.30

2.2. Orçamento estimativo deste certame: R\$ 60.125,13.

2.2.1. Os valores individual e total máximos aceitos para cada item encontram-se no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular



no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ó SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6. constituídas com o mesmo objeto e da qual participe sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência.

4.3. Para a verificação das ocorrências constantes do subitem 4.2.1 serão obrigatoriamente consultados o Sistema de Cadastramento Unificado e Fornecedores ó SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS) da Controladoria Geral da União - (CGU), Portal da Transparência e o Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará o sim ou não em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. a assinalação do campo não apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;



- 4.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília ó DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.6.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.6.2. Marca;
 - 5.6.3. Fabricante;
 - 5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.



5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Sob pena de não-aceitação, a proposta final deverá vir acompanhada do Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata, conforme consta no item 7 deste Edital, que trata da aceitabilidade da proposta vencedora.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *total do item*.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances dos demais licitantes não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.10.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

6.17. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativamais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010. normativos de margem de preferência.

6.21. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.21.1. produzidos no País;

6.21.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.21.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Os valores unitário e total máximos por item encontram-se no Termo de Referência (ANEXO I do Edital).

7.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a



materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no *ôchatô* o respectivo prazo, que **não será inferior a 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.2. **Para os itens do LOTE 11**, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.

7.5.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta *online* ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo.

7.5.4. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

OBS: Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal do licitante, mas sim do fabricante do produto que será ofertado pelo licitante. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação da proposta.

7.5.5. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *õchatõ* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas ó CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União ó TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores ó SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal etrabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo a ser estipulado no sistema eletrônico, que **não será inferior a 2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores ó SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.4. **Habilitação jurídica:**

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;



8.4.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. Regularidade fiscale trabalhista:

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.5.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

8.5.3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

8.5.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

8.5.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



8.6. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser **enviados para o Comprasnet**, em prazo a ser definido pelo Pregoeiro, o qual **não será inferior a 2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, deverão ser **remetidos** em original, ou qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no **prazo de 2 (dois) dias úteis**, para o Setor de Licitações, Contratos e Convênios, localizado na Rua São Clemente, nº 134, 3º andar do Prédio-Anexo, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.260-000, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.;

8.6.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.7.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chatô a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.10. O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

8.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.12. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser **enviada para o Comprasnet**, em prazo a ser definido pelo Pregoeiro, o qual **não será inferior a 2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, deverão ser **remetidos** em original, ou qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no **prazo de 2 (dois) dias úteis**, para o Setor de Licitações, Contratos e Convênios, localizado na Rua São Clemente, nº 134, 3º andar do Prédio-Anexo, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.260-000, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10. DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. O instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho. A FCRB convocará o adjudicatário para retirar a Nota de Empenho com o seu anexo denominado **Cláusulas Necessárias** (ANEXO III do Edital). Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

12.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR)



ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta online ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados o CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13. DO PREÇO

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 o objeto deste certame será recebido na seguinte forma:

I - Provisoriamente - Imediatamente após efetuada a entrega do objeto, para efeito de verificação da conformidade de suas especificações, e apresentação do documento fiscal correspondente aos materiais entregues;

II - Definitivamente - No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do Termo Provisório, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais. Os recebimentos serão emitidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos materiais, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

14.2. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.



14.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.4. O recebimento e o pagamento serão feitos depois do fornecimento dos materiais previstos em cada item

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada estão descritas neste Edital e seus Anexos.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos materiais entregues, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o teste pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias,



regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

$$365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, e do Decreto nº 3.931 de 2001 e da Lei nº 8.666, de 1993, aplicada subsidiariamente, quando couber, o licitante/adjudicatário que: não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. apresentar documentação falsa;

17.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5. não mantiver a proposta;

17.1.6. cometer fraude fiscal;

17.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

17.1.8. fazer declaração falsa.

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.3.1. Multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.3.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a FCRB, por prazo de até 2 (dois) anos;



17.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

17.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

17.4. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e da Lei nº 8.666, de 1993, e respectivos regulamentos, a CONTRATADA que:

17.4.1.inexecutar total ou parcialmente o contrato;

17.4.2.apresentar documentação falsa;

17.4.3.comportar-se de modo inidôneo;

17.4.4.cometer fraude fiscal;

17.4.5.descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

17.5. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.5.1.**advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.5.2.**multa de mora** de até 2% (dois por cento) por dia de **atraso injustificado** sobre o valor total da Proposta Comercial, até o máximo de 10 (dez) dias consecutivos;

17.5.3.**multa pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas pela fiscalização do contrato:** até 1% sobre o valor global da proposta;

17.5.4.**multa compensatória** de 40% (quarenta por cento), sobre o valor total da Proposta Comercial, no caso de **inexecução total**, podendo ser cumulada com a multa prevista na letra ð deste inciso;

17.5.5.**multa compensatória** de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total da Proposta Comercial, no caso de **inexecução parcial**, podendo ser cumulada com a multa prevista na letra ð deste inciso;

17.5.6.**suspensão temporária** de participação em licitações e impedimento de contratar com a FCRB, por prazo de até 02 (dois) anos;

17.5.7.**impedimento** de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

17.5.8.**declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93.



17.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da FCRB ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União pela FCRB e cobradas judicialmente.

17.11. Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação.

17.12. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente, mediante ato do Ordenador de Despesas, devidamente justificado.

.

17.13. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total e dará ensejo à rescisão do contrato. Será convocada outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o ajuste, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, para o e-mail do Pregoeiro: alessandro.carvalho@rb.gov.br

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos *www.casaruibarbosa.gov.br* e *www.comprasgovernamentais.gov.br*, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua São Clemente, nº 134, 3º andar do Edifício-Sede, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.260-000 - Setor de Licitações, Contratos e Convênios da FCRB, nos dias úteis, no horário das 10:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

19.10.2. ANEXO II ó Modelo de Proposta;

19.10.3. ANEXO III ó Anexo à Nota de Empenho denominado Cláusulas Necessárias.

Rio de Janeiro, 26de outubrode 2015.

SUINDARA RODRIGUES NEY
Coordenadora-Geral de Planejamento e Administração

ALESSANDRO SILVA DE CARVALHO
Pregoeiro



PROCESSO Nº 01550.000230/2015-08

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT	PREÇO MÉDIO TOTAL
LOTE 1					
1	BLOCOS DE PEE (POLIETILENO EXPANDIDO) BRANCO DENSIDADE 30KG DE 2M X 1M X 0,05M	Unidade	2	R\$ 234,04	R\$ 468,08
2	BLOCOS DE PEE (POLIETILENO EXPANDIDO) BRANCO DENSIDADE 30KG DE 2M X 1M X 0,03M	Unidade	2	R\$ 142,78	R\$ 285,56
3	ROLO DE MANTA DE POLIETILENO EXPANDIDO (PEE) BRANCO DE 1M X 10M X 0,003M	Rolo com 10m	1	R\$ 9,97	R\$ 9,97
TOTAL DO LOTE 1					R\$ 763,61
LOTE 2					
4	CAIXAS ARQUIVO EM CARTÃO ALCALINO, 1880 GRAMAS POR METRO QUADRADO, REVESTIDAS EXTERNAMENTE COM MATERIAL SINTÉTICO E INTERNAMENTE COM PAPEL ALCALINO VERGÉ DE 180 GRAMAS COM AS SEGUINTE MEDIDAS:EXTERNAMENTE 37,5 X 26,5 X 13,5 CM E INTERNAMENTE 36,5 X 25,5 X 13 CM	Unidade	50	R\$ 89,20	R\$ 4.460,00
5	CAIXAS TELESCÓPICAS CONFECCIONADAS COM CARTÃO ALCALINO LAMINADO, 1010 GRAMAS POR METRO QUADRADO, E REVESTIDAS EXTERNAMENTE COM POLIETILENO, COR EXTERNA BRANCA, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: BASE DE 34,5 X 23,5 X 6 CM E COM TAMPA DE 35,5 X 24,5 X 6CM	Unidade	20	R\$ 42,48	R\$ 849,60




6	CAIXAS TELESCÓPICAS CONFECCIONADAS COM CARTÃO ALCALINO LAMINADO, 1010 GRAMAS POR METRO QUADRADO, E REVESTIDAS EXTERNAMENTE COM POLIETILENO, COR EXTERNA BRANCA, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: BASE DE 40 X 30 X 6CM E COM TAMPA DE 41 X 31 X 6CM	Unidade	20	R\$ 45,27	R\$ 905,40
7	CAIXA TIPO BANK BOX PEQUENO, DESMONTÁVEL C/ DIMENSÕES 340 MM X 140 MM, CARTÃO NATURAL, PAPELÃO ONDULADO, ONDA C, CAPA EXTERNA 175G/M2, CAPA INTERNA, 150G/M2, MIOLO 130G/M2, GRAM. GERAL 515G/M2, COM 04 PAINÉIS IMPRESSOS PARA IDENTIFICAÇÃO	Unidade	250	R\$ 19,76	R\$ 4.940,00
8	CAIXA TIPO BANK BOX GRANDE, DESMONTÁVEL C/ DIMENSÕES 380 MM X 180 MM X 290MM, CARTÃO NATURAL, PAPELÃO ONDULADO, ONDA C, CAPA EXTERNA 175G/M2, CAPA INTERNA, 150G/M2, MIOLO 130G/M2, GRAM. GERAL 515G/M2, COM 04 PAINÉIS IMPRESSOS PARA IDENTIFICAÇÃO, PAREDE DUPLA.	Unidade	90	R\$ 29,87	R\$ 2.688,30
9	CAIXAS TELESCÓPICAS CONFECCIONADAS COM CARTÃO ALCALINO LAMINADO, 1010G/M2 E REVESTIDAS EXTERNAMENTE COM POLIETILENO COM BASE DE 57X43X8CM E COM TAMPA DE 58X44X8CM, COR EXT. BRANCA.	Unidade	20	R\$ 121,65	R\$ 2.432,93
10	CAIXAS TELESCÓPICAS CONFECCIONADAS COM CARTÃO ALCALINO LAMINADO, 1010G/M2 E REVESTIDAS EXTERNAMENTE COM POLIETILENO COM BASE DE 44X34X8CM E COM TAMPA DE 45X35X8CM, COR EXT. BRANCA.	Unidade	20	R\$ 106,70	R\$ 2.134,00
TOTAL DO LOTE 2					R\$ 18.410,30
LOTE 3					
11	ETIQUETA ADESIVA, BRANCA,	Caixa com	4	R\$ 67,00	R\$ 268,00



	12,7 MM, 44,45 MM, RETANGULAR, 80 UM, PARA REGISTRO DE PROCESSOS.	100 folhas			
12	ETIQUETA CONFECCIONADA EM CARTÃO ALCALINO 240G/M2, NO FORMATO 5X10CM, POLIÉSTER 75 MICRA E FITA DUPLA -FACE COM ADESIVO LIVRE DE ACIDEZ.	Caixa com 100 folhas	1	R\$ 5,28	R\$ 5,28
13	GRAMPO DE PLÁSTICO NA COR BRANCA PARA FIXAÇÃO DE PAPEIS EM PASTAS INTERCALADORAS COM CAPACIDADE PARA ATÉ 500 FOLHAS (CLIKTELOS)	Pacote com 50 unidades	3	R\$ 78,47	R\$ 235,41
14	PASTA ARQUIVO, CARTÃO MARMORIZADO, INTERCALADORA, 235 MM, 345 MM, PARDA, 240 G/M2	Unidade	150	R\$ 8,15	R\$ 1.222,50
15	PASTA SUSPensa FRONTAL PARA PAPEIS SOLTOS, CONFECCIONADOS EM PAPEL CARTÃO TIMBÓ MARMORIZADO BEGE DE 350MG/M2, COM HASTES EM POLIESTIRENO RÍGIDO, NA COR CINZA, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO NO PAPEL CARTÃO POR ENCAIXE, VISORES EM PLÁSTICO RÍGIDO TRANSPARENTE PARA FIXAÇÃO NA HASTE POR ENCAIXE, COM POSSIBILIDADE DE MÚLTIPLO POSICIONAMENTO PARA RECEBIMENTO DO SISTEMA DE ETIQUETAS PADRÃO OU DE SINALIZAÇÃO POR CORES. MEDIDA DA PASTA SEM HASTE E SEM VISOR: 23,5X 37 CM; MEDIDA DA PASTA COM HASTE E SEM VISOR: 24,5 X 37 CM; E MEDIDA DA PASTA COM HASTE E COM VISOR: 25,5 X 37 CM.	Unidade	100	R\$ 9,20	R\$ 920,00
16	DISCO LASER CDR, GRAVÁVEL, 800 MB, SEM CAPA, 80 MIN	Unidade	100	R\$ 2,81	R\$ 281,00
17	DISCO LASER CDRW, REGRAVÁVEL, 800 MB, 90 MIN, EMBALAGEM PAPEL	Unidade	100	R\$ 2,81	R\$ 281,00
18	CLIQUE, 3/0, PLÁSTICO, PARALELO, COR BRANCA	Caixa com 70 unidades	7	R\$ 9,15	R\$ 64,05
19	CADARÇO DE ALGODÃO, 50M X 1CM, PARA USO EM EMBALAGEM DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS	Rolo com 50m	10	R\$ 29,90	R\$ 299,00



20	BARBANTE ALGODÃO, 6 UN, CRÚ	Rolo de 250g	6	R\$ 5,88	R\$ 35,28
21	PAPEL ALMAÇO, CELULOSE VEGETAL, 75 G/ M2, 330 MM, SEM PAUTA E MARGEM	Pacote com 10 folhas	550	R\$ 1,32	R\$ 726,00
TOTAL DO LOTE 3					R\$ 4.337,52
LOTE 4					
22	FOLHA DE POLIÉSTER PARA FOTOGRAFIA, 320 MM X 245 MM, CARTÃO ALCALINO DE 240G/M2 DE 50 MICRA C/1 BOLSA P/FOTOGRAFIA 20X25CM.	Unidade	100	R\$ 13,18	R\$ 1.318,00
23	FOLHA DE POLIÉSTER PARA FOTOGRAFIA, 320 MM X 245 MM, CARTÃO ALCALINO DE 240G/M2 DE 50 MICRA C/2 BOLSAS P/FOTOGRAFIA 10X15CM.	Unidade	200	R\$ 14,00	R\$ 2.800,00
24	FOLHA DE POLIÉSTER PARA FOTOGRAFIA, 320 MM X 245 MM, CARTÃO ALCALINO DE 240G/M2 DE 50 MICRA C/4BOLSA P/FOTOGRAFIA 10X15CM.	Unidade	200	R\$ 14,17	R\$ 2.834,00
TOTAL DO LOTE 4					R\$ 6.952,00
					
25	TELA NAILON, 50 M, 1,04 M, TRATAMENTO E BANHO QUÍMICO DE PAPEL, 43 HD, 94 MICRA, 145 MICRA	Rolo com 50m	2	R\$ 2.439,15	R\$ 4.878,30
TOTAL					R\$ 4.878,30
LOTE 5					
26	PAPELÃO, PAPEL RECICLADO, Nº 12, CINZA, 3 MM, 1.000 MM, 800 MM, 1350 G/M2, FOLHAS CONTRACORTADAS, ALTA RESISTÊNCIA, CALANDRADO PARA OBTENÇÃO DE LISURA; APLICAÇÃO: ENCADERNAÇÃO.	Fardo com 20 folhas	1	R\$ 82,00	R\$ 82,00
27	PAPELÃO, PAPEL RECICLADO, Nº 15, CINZA, 2,20 MM, 1.000 MM, 800 MM, 1350 G/M2, FOLHAS CONTRACORTADAS, ALTA RESISTÊNCIA, CALANDRADO PARA OBTENÇÃO DE LISURA; APLICAÇÃO: ENCADERNAÇÃO.	Fardo com 20 folhas	1	R\$ 93,00	R\$ 93,00
28	PAPELÃO, PAPEL RECICLADO, Nº 18, CINZA, 1,07 MM, 1.000 MM, 800 MM, 1045 G/M2, FOLHAS CONTRACORTADAS, ALTA RESISTÊNCIA,	Fardo com 20 folhas	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00



	CALANDRADO PARA OBTENÇÃO DE LISURA; APLICAÇÃO: ENCADERNAÇÃO.				
29	PAPEL MATA- BORRÃO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 250, COMPRIMENTO 96CM X 66CM, 50CM X 70 OU 50CM X 60CM, COR BRANCA, APLICAÇÃO ABSORVER LIQUIDOS.	Caixa com 100 unidades	11	R\$ 481,00	R\$ 5.291,00
30	PAPEL SALTO NEUTRO OU COM RESERVA ALCALINA 68G/M², MEDIDA 70X100CM, COR BRANCA.	Pacote com 250 folhas	17	R\$ 433,50	R\$ 7.369,50
31	PAPEL MATA- BORRÃO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 250, COMPRIMENTO 100CM x 100CM, COR BRANCA, APLICAÇÃO ABSORVER LIQUIDOS.	Caixa com 100 unidades	1	R\$ 1.073,33	R\$ 1.073,33
TOTAL DO LOTE 5					R\$ 14.028,83
LOTE 6					
32	AVENTAL, PVC - CLORETO DE POLIVINILA, FORRADO, IMPERMEÁVEL, BRANCA, 120 CM, 70 CM, TIRAS DE AMARRAR FIXAS	Unidade	6	R\$ 9,79	R\$ 58,74
33	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	Par	100	R\$ 0,48	R\$ 48,00
34	RESPIRADOR DESCARTÁVEL COM VÁLVULA PFF1 MODELO 8013 PARA POEIRA E NÉVOAS	Unidade	24	R\$ 16,19	R\$ 388,56
35	TOUCA; TNT; SANFONADA; DESCARTÁVEL; BRANCA; TAMANHO ÚNICO.	Caixa com 100 unidades	1	R\$ 7,26	R\$ 7,26
36	LUVA PROTEÇÃO, ALGODÃO, GRANDE, 5 DEDOS, RESTAURAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS, MANUSEIO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO, BRANCA	Par	30	R\$ 36,00	R\$ 1.080,00
37	LUVA PROTEÇÃO, ALGODÃO, PEQUENO, 5 DEDOS,	Par	50	R\$ 14,30	R\$ 715,00



	RESTAURAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS, MANUSEIO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO, BRANCA				
38	CAPACETE - CASCO DE POLIETILENO TIPO II (ABA FRONTAL) CLASSE B, SUSPENSÃO SIMPLES, TIRAS DE ABSORÇÃO DE SUOR E JUGULAR, CÔR CINZA, LOCAL DE PROTEÇÃO: CABEÇA.	Unidade	4	R\$ 28,34	R\$ 113,36
39	ÓCULOS PROTEÇÃO, POLICARBONATO E NYLON, PROTEÇÃO LATERAL, POLICARBONATO, ANTI-RISCO, ANTI-EMBAÇANTE, INCOLOR, COM CORDÃO DE SEGURANÇA, HASTES DE COR PRETA, POLICARBONATO	Unidade	14	R\$ 11,38	R\$ 159,32
40	PROTETOR AUDITIVO - DE INSERÇÃO EM SILICONE, CORDÃO EM PVC/SILICONE, CAIXA ARMAZENAMENTO, LOCAL DE PROTEÇÃO: OUVIDOS.	Unidade	4	R\$ 0,81	R\$ 3,24
41	MÁSCARA - DESCARTÁVEL, DOBRÁVEL, COR BRANCO OU AZUL, FIXAÇÃO ELÁSTICA, CLIPE METÁLICO NASAL, LOCAL DE PROTEÇÃO: NARIZ/BOCA.	Unidade	40	R\$ 0,98	R\$ 39,20
42	LUVA SEGURANÇA, 100% BORRACHA NITRÍLICA, M, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (E.P.I.), ANATÔMICA, BAINHA P ROTEÇÃO PUNHO, SEM TALCO OU AMIDO, AZUL/BRANCA, DESCARTÁVEL	Par	50	R\$ 0,85	R\$ 42,50
43	LUVA DE ALGODÃO - TRICOTADA SEM COSTURA, ADERÊNCIA BOLINHAS PVC, CÔR PRETA, LOCAL DE PROTEÇÃO: MÃOS.	Par	4	R\$ 1,61	R\$ 6,44
44	CALÇADO (BOTA) - COURO PRETO, COM CADARÇO, SEM BIQUEIRA, SOLADO PU BIDENSIDADE, TAMANHOS 36, LOCAL DE PROTEÇÃO: PÉS/PERNAS.	Par	1	R\$ 83,70	R\$ 83,70
45	CALÇADO (BOTA) - COURO PRETO, COM CADARÇO, SEM BIQUEIRA, SOLADO PU	Par	1	R\$ 83,70	R\$ 83,70



	BIDENSIDADE, TAMANHOS 38, LOCAL DE PROTEÇÃO: PÉS/PERNAS.				
46	CALÇADO (BOTA) - COURO PRETO, COM CADARÇO, SEM BIQUEIRA, SOLADO PU BIDENSIDADE, TAMANHOS 43, LOCAL DE PROTEÇÃO: PÉS/PERNAS.	Par	2	R\$ 83,70	R\$ 167,40
47	CINTURÃO - TIPO PARAQUEDISTA, FITA DE POLIÉSTER, 2 CONEXÕES, REGULAGEM PERNAS E CINTURA, AJUSTE PEITORAL, COR PRETA, COM TALABARTE, LOCAL DE PROTEÇÃO: QUEDAS.	Unidade	4	R\$ 269,33	R\$ 1.077,32
48	MÁSCARA DESCARTÁVEL TNT DUPLA COM ELÁSTICO, 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, COR BRANCO, PESO 30GR, TAMANHO ÚNICO.	Pacote com 100 unidades	3	R\$ 11,90	R\$ 35,70
TOTAL DO LOTE 6					R\$ 4.109,44
LOTE 7					
49	ETIQUETAS JOALHERIA- CARTÃO 180GRS BRANCO COM FURO. 40 x 15 mm.	Unidade	500	R\$ 0,04	R\$ 20,00
50	ETIQUETAS JOALHERIA- CARTÃO 180GRS BRANCO COM FURO. 2CM X 0,5CM.	Pacote com 1000 unidades	2	R\$ 38,12	R\$ 76,24
51	FILME DE POLIÉSTER, ALTA TRANSPARÊNCIA/CRISTAL, ALTA RESISTÊNCIA A RUPTURAS, ALTA RESISTÊNCIA A TEMPERATURA, ESTABILIDADE DIMENSIONAL E RESISTÊNCIA QUÍMICA. ESPESSURA 100 MICRONS, LARGURA 1000MM, LARGURA 30M.	Rolo	1	R\$ 252,37	R\$ 252,37
TOTAL DO LOTE 7					R\$ 348,61
LOTE 8					
52	ESCOVA DENTAL COM CERDAS BRANCAS	Unidade	10	R\$ 1,93	R\$ 19,30
53	ESCOVA DE DESENHISTA, JUBA, 25 CM, CABO MADEIRA COM ORIFÍCIO, CRINA ANIMAL; IDEAL PARA LIMPEZA (EXCESSOS DE BORRACHA) DE MATERIAIS PARA DESENHO. FILAMENTO SINTÉTICO.	Unidade	6	R\$ 30,96	R\$ 185,76
54	TRINCHA RETA PELO	Unidade	5	R\$ 45,85	R\$ 229,25



	SINTÉTICO185 DOURADA MACIA TAM.2ö				
55	TRINCHA RETA PELO SINTÉTICO185 DOURADA MACIA TAM.1 1/2ö	Unidade	5	R\$ 33,01	R\$ 165,05
56	TRINCHA RETA PELO SINTÉTICO185 DOURADA MACIA TAM.1ö	Unidade	5	R\$ 28,48	R\$ 142,40
57	TRINCHA RETA PELO SINTÉTICO185 DOURADA MACIA TAM.3/4ö	Unidade	5	R\$ 16,13	R\$ 80,65
58	TRINCHA PELO SINTÉTICO DOURADO MACIO CORTE ARREDONDADO TAM.18	Unidade	5	R\$ 24,93	R\$ 124,65
59	TRINCHA PELO SINTÉTICO DOURADO MACIO CORTE ARREDONDADO TAM.16	Unidade	5	R\$ 17,58	R\$ 87,90
60	TRINCHA, MADEIRA, PELO ORELHA DE BOI, 2 1/2 POL, CURTO, REF. 186	Unidade	3	R\$ 61,62	R\$ 184,86
61	TRINCHA, MADEIRA, PELO ORELHA DE BOI, 2 POL, CURTO, REF. 186	Unidade	2	R\$ 50,92	R\$ 101,84
62	TRINCHA, MADEIRA, PELO ORELHA DE BOI, 1 1/2 POL, CURTO, REF. 186	Unidade	3	R\$ 33,40	R\$ 100,20
63	TRINCHA, MADEIRA, PELO ORELHA DE BOI, 1 POL, CURTO, REF. 186	Unidade	2	R\$ 25,37	R\$ 50,74
64	FITA ADESIVA, ESPUMA ACRÍLICA, DUPLA FACE, 12 MM, 1,5 M, 1 MM, TRANSPARENTE	Unidade	3	R\$ 11,87	R\$ 35,61
65	MANTA ACRÍLICA, 100% POLYÉSTER, GRAMATURA: 80G, 10MX1M	Rolo de 10m	1	R\$ 44,32	R\$ 44,32
66	TECIDO DE ALGODÃO CRU DE TRAMA FECHADA	Metro	10	R\$ 12,93	R\$ 129,30
67	SACO, POLIETILENO, INCOLOR, LISO, ATÓXICO, INODORO, FECHAMENTO TIPO ZIP LOCK, 450 MM, 350 MM, 0,1 MICRA	Pacote com 100 unidades	1	R\$ 91,96	R\$ 91,96
68	SACO, POLIETILENO, INCOLOR, LISO, ATÓXICO, INODORO, FECHAMENTO TIPO ZIP LOCK, 200 MM, 140 MM, 0,1 MICRA	Pacote com 100 unidades	2	R\$ 19,57	R\$ 39,14
69	SACO, POLIETILENO, INCOLOR, LISO, ATÓXICO, INODORO, FECHAMENTO TIPO ZIP LOCK, 70 MM, 100 MM, 0,1 MICRA	Pacote com 100 unidades	2	R\$ 6,21	R\$ 12,42
70	PALITO, MADEIRA, ROLIÇO, 23 CM, ESPETINHO CARNE CHURRASCO	Unidade	50	R\$ 0,05	R\$ 2,50
TOTAL DO LOTE 8					R\$ 1.827,85
LOTE 9					



71	GUARDA-PÓ; MATERIAL: 100% ALGODÃO; TAMANHO: GG; COR: BRANCA; QUANTIDADE DE BOLSOS: 3; MODELO: MANGAS CURTAS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CINTA REFORÇO NA CINTURA, PARTE TRASEIRA; BOTÕES, QUANTIDADE DE BOTÕES: 6; TIPO DE GOLA: ESPORTE; POSIÇÃO DOS BOLSOS: 1 SUPERIOR DO LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES; SEM LOGOTIPO; TIPO DE USO: LABORATÓRIO.	Unidade	1	R\$ 35,37	R\$ 35,37
72	GUARDA-PÓ; MATERIAL: 100% ALGODÃO; TAMANHO: G; COR: BRANCA; QUANTIDADE DE BOLSOS: 3; MODELO: MANGAS CURTAS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CINTA REFORÇO NA CINTURA, PARTE TRASEIRA; BOTÕES, QUANTIDADE DE BOTÕES: 6; TIPO DE GOLA: ESPORTE; POSIÇÃO DOS BOLSOS: 1 SUPERIOR DO LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES; SEM LOGOTIPO; TIPO DE USO: LABORATÓRIO.	Unidade	5	R\$ 35,37	R\$ 176,85
73	GUARDA-PÓ; MATERIAL: 100% ALGODÃO; TAMANHO: M; COR: BRANCA; QUANTIDADE DE BOLSOS: 3; MODELO: MANGAS CURTAS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CINTA REFORÇO NA CINTURA, PARTE TRASEIRA; BOTÕES, QUANTIDADE DE BOTÕES: 6; TIPO DE GOLA: ESPORTE; POSIÇÃO DOS BOLSOS: 1 SUPERIOR DO LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES; SEM LOGOTIPO; TIPO DE USO: LABORATÓRIO.	Unidade	11	R\$ 35,37	R\$ 389,07
74	GUARDA-PÓ; MATERIAL: 100% ALGODÃO; TAMANHO: GG; COR: BRANCA; QUANTIDADE DE BOLSOS: 3; MODELO: MANGAS COMPRIDAS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CINTA REFORÇO NA CINTURA, PARTE TRASEIRA; BOTÕES, QUANTIDADE DE BOTÕES: 6;	Unidade	1	R\$ 47,97	R\$ 47,97



	TIPO DE GOLA: ESPORTE; POSIÇÃO DOS BOLSOS: 1 SUPERIOR DO LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES; SEM LOGOTIPO; TIPO DE USO: LABORATÓRIO.				
75	GUARDA-PÓ; MATERIAL: 100% ALGODÃO; TAMANHO: G; COR: BRANCA; QUANTIDADE DE BOLSOS: 3; MODELO: MANGAS COMPRIDAS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CINTA REFORÇO NA CINTURA, PARTE TRASEIRA; BOTÕES, QUANTIDADE DE BOTÕES: 6; TIPO DE GOLA: ESPORTE; POSIÇÃO DOS BOLSOS: 1 SUPERIOR DO LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES; SEM LOGOTIPO; TIPO DE USO: LABORATÓRIO.	Unidade	8	R\$ 47,97	R\$ 383,76
76	GUARDA-PÓ; MATERIAL: 100% ALGODÃO; TAMANHO: M; COR: BRANCA; QUANTIDADE DE BOLSOS: 3; MODELO: MANGAS COMPRIDAS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CINTA REFORÇO NA CINTURA, PARTE TRASEIRA; BOTÕES, QUANTIDADE DE BOTÕES: 6; TIPO DE GOLA: ESPORTE; POSIÇÃO DOS BOLSOS: 1 SUPERIOR DO LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES; SEM LOGOTIPO; TIPO DE USO: LABORATÓRIO.	Unidade	14	R\$ 47,97	R\$ 671,58
77	GUARDA-PÓ; MATERIAL: 100% ALGODÃO; TAMANHO: P; COR: BRANCA; QUANTIDADE DE BOLSOS: 3; MODELO: MANGAS COMPRIDAS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CINTA REFORÇO NA CINTURA, PARTE TRASEIRA; BOTÕES, QUANTIDADE DE BOTÕES: 6; TIPO DE GOLA: ESPORTE; POSIÇÃO DOS BOLSOS: 1 SUPERIOR DO LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES; SEM LOGOTIPO; TIPO DE USO: LABORATÓRIO.	Unidade	2	R\$ 47,97	R\$ 95,94
78	JALECO - ALGODÃO, 2 BOLSOS FRONTAIS, MANGA CURTA, FECHAMENTO EM BOTÕES,	Unidade	4	R\$ 35,30	R\$ 141,20



	COR AZUL, TAMANHO G, LOCAL DE PROTEÇÃO: TRONCO.				
TOTAL DO LOTE 9					R\$ 1.941,74
LOTE 10					
79	METRO DOBRÁVEL, MADEIRA, DUPLA, 2 M, DECIMAL E INGLÊS	Unidade	1	R\$ 12,29	R\$ 12,29
80	LUPA, PORTÁTIL, REDONDA, 20 VEZES, 23 MM, PLÁSTICO, BORDAS ALTAS PARA PROTEÇÃO DALENTE, PLÁSTICO	Unidade	1	R\$ 16,25	R\$ 16,25
81	TRENA, AÇO, 13 MM, 5 M, ENROLAMENTO AUTOMÁTICO COM TRAVA	Unidade	3	R\$ 9,20	R\$ 27,60
82	TRENA GRADUADA- FITA EM AÇO 10M, CORPO PLÁSTICO/BASE BORRACHA, TRAVA E CINTA, GRADUAÇÃO MILÍMETROS	Unidade	1	R\$ 40,89	R\$ 40,89
83	TRENA ELETRÔNICA - DIGITAL LASER 30M	Unidade	1	R\$ 196,14	R\$ 196,14
84	TRENA, AÇO, 13 MM, 3 M, ENROLAMENTO AUTOMÁTICO COM TRAVA	Unidade	1	R\$ 8,11	R\$ 8,11
85	BALANÇA PRECISÃO, CAPACIDADE MÁXIMA 6,10, RESOLUÇÃO 0,01, COMPRIMENTO 172, LARGURA 172, ALTURA 120, QUANTIDADE DÍGITOS 6, COMPRIMENTO PRATO 172, LARGURA PRATO 172, TIPO PAINEL CRISTAL LÍQUIDO COM ILUMINAÇÃO	Unidade	1	R\$ 39,49	R\$ 39,49
TOTAL DO LOTE 10					R\$ 340,77
LOTE 11					
86	SÍLICA GEL, SIO2, AZUL, GRANULADO, DESUMIDIFICAR E DESIDRATAR GASES, INDICADOR DE UMIDADE, 4 A 8 MM	Frasco de 1kg	60	R\$ 35,78	R\$ 2.146,80
87	VASELINA EM SPRAY 300 ml	Unidade	3	R\$ 13,12	R\$ 39,36
TOTAL DO LOTE 11					R\$ 2.186,16
TOTAL GERAL					R\$ 60.125,13

Nota: Os valores indicados na tabela acima são os valores individuais máximos aceitos pela Administração.



2. DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento na nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa aceita pela FCRB.

3. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição dos materiais objeto desta licitação visa atender as atividades de preservação, conservação, identificação e restauração acervos documentais e culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Serão utilizados pelos setores de Preservação, Arquivo, Museu e Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB).

4. DO LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA

O endereço de entrega do material: Rua São Clemente, nº 134, bairro Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. Setor responsável: SASG ó Serviço de Administração de Serviços Gerais, localizado no 3º andar do Edifício-Anexo. Horário: das 09:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

5. DO RECEBIMENTO E ACEITE

I - Concluída a entrega dos materiais, estes serão recebidos provisoriamente, mediante recibo, pelo setor responsável da FCRB;

II - Na eventualidade do setor responsável da FCRB apontar defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a pronta utilização dos materiais, não será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo enquanto perdurar a irregularidade, que deverá ser sanada no prazo máximo de 48 horas ou em prazo acordado com o setor responsável.

III - Caso tenham sido sanados os defeitos, as falhas ou imperfeições apontadas no Termo de Recebimento Provisório, as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas para pagamento.

IV - Relativamente ao disposto neste item, aplica-se, também, subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

6. DA GARANTIA POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO E DA VALIDADE

Os bens objeto deste Termo de Referência deverão ter garantia mínima contra defeitos de fabricação ou prazo de validade mínimo, conforme o caso, de 12 meses, sob pena de não aceitação.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS PRODUTOS SOLICITADOS

I - As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013 são obrigadas ao registro (inscrição) no



Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/81.

II - A inscrição das pessoas obrigadas ao CTF/APP será realizada no sítio do IBAMA na Internet, na forma prevista na Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013.

III - A comprovação da regularidade do registro se dá mediante a emissão do Certificado de Regularidade, com validade de três meses, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou razão social, as atividades declaradas que estão ativas, a data de emissão, a data de validade e chave de identificação eletrônica.

IV - A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.

V - A atividade de fabricação ou industrialização dos itens do **LOTE 11** relacionado neste Termo de Referência é enquadrada no item 15 (Indústria Química), do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013. Portanto, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

VI - O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal ó CTF assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

VII - Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral ó os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal ó CTF do IBAMA.

VIII - Portanto, a fim de não introduzir distinções entre os licitantes, entendemos que a forma mais adequada de dar cumprimento à determinação legal é inseri-la na especificação do produto a ser adquirido.

IX - Nessa hipótese, o licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF.



PROCESSO Nº 01550.000230/2015-08

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2015

MODELO DA PROPOSTA

LOTE XX					
Item	Descrição do material	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
				R\$	R\$
				R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE XX					R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ XXXXX (por extenso)

Declaramos inteira submissão as condições constantes do Pregão Eletrônico nº 17/2015 e que os preços cotados incluem todos os custos diretos e indiretos, tais como despesas com mão de obra, impostos, frete e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

Prazo, local de execução do objeto e condições de pagamento: conforme edital.

Validade da proposta: 60 dias corridos no mínimo.

Data: ____/____/____

Assinatura e carimbo do fornecedor

Dados do representante legal da empresa para fim de contratação.

Nome:

Cargo:

RG nº:

CPF nº:

Dados bancários da empresa

Banco:

Agência:

Conta corrente:



PROCESSO Nº 01550.000230/2015-08

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2015

CLÁUSULAS NECESSÁRIAS

NOTA DE EMPENHO: 2015NEXXXXXX

VALOR: R\$ XXXX

CLÁUSULA PRIMEIRA

Vinculam-se a este instrumento o Edital do **Pregão Eletrônico nº 17/2015** e seus Anexos, bem como a Proposta Comercial da Contratada, constantes do **Processo nº 01550.000230/2015-08**, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

O descumprimento injustificado de uma das obrigações previstas no Termo de Referência ou na Proposta, ou ainda a inexecução parcial ou total do objeto ensejará aplicação de penalidade, nos termos do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como rescisão, nos termos dos arts. 77 a 80, da mesma Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com a Administração Pública Federal.

CLÁUSULA QUARTA ó DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Fica a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no Edital.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA ó As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA ó O prazo para pagamento das multas será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação e será recolhida junto ao SEOF/FCRB.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA ó A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado dos créditos que porventura a CONTRATADA tenha a receber da FCRB.

SUBCLÁUSULA QUARTA ó Não havendo pagamento pela CONTRATADA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.



SUBCLÁUSULA QUINTA ó A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SEXTA ó A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula não impedirá a FCRB de pleitear valores a título de perdas e danos.

CLÁUSULA QUINTA ó DA RESCISÃO

Conforme o disposto no inciso IX, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, do referido Diploma Legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA ó A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do presente Contrato, sendo que a efetiva rescisão somente poderá se dar por uma das formas previstas no art. 79 da Lei nº 8.666/93. Não há hipótese de rescisão de pleno direito nem por ato unilateral da CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA ó Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA ó A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA QUARTA ó A rescisão determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos incisos II e IV, do art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou prepostos, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da CONTRATANTE em decorrência da entrega do objeto deste Contrato, incluindo, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A CONTRATANTE estipulará prazo à CONTRATADA para reparação de danos porventura causados.

CLÁUSULA SÉTIMA ó DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Esta contratação terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogada até o limite de vigência do crédito orçamentário respectivo.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O **prazo de execução** do objeto será de **até 10 (dez) dias**, podendo ser prorrogado durante a vigência da contratação, mediante justificativa da CONTRATADA aceita pela FCRB.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A retirada da Nota de Empenho acompanhada deste instrumento pela CONTRATADA, o seu recebimento via fax, via Correios ou por meio eletrônico, dentro do prazo de validade da proposta, implica no pleno conhecimento do inteiro teor deste instrumento, assim como na adesão incondicional aos seus termos.

CLÁUSULA OITAVA - O foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem da execução deste instrumento será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo competente uma das varas cíveis da Capital.

Rio de Janeiro, de de 2015.

SUINDARA RODRIGUES NEY
Coordenadora-Geral de Planejamento e Administração

